

ATENÇÃO

Este documento é de extrema importância para uma futura contratação, uma vez que a execução da fase de Elaboração dos Estudos Preliminares da STIC é obrigatória, independentemente, do tipo de contratação, inclusive nos casos de: inexigibilidade, dispensa de licitação ou licitação dispensada, criação ou adesão à ata de registro de preços, contratações com uso de recursos financeiros de organismos internacionais e em termos de cooperação, convênios e documentos afins com uso de recursos financeiros de instituições nacionais.

I - ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**1. Solução de Tecnologia da Informação**

Renovação da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de atualização técnica, suporte técnico, possíveis customizações e novas funcionalidades do sistema de gestão administrativa integrada. Estes serviços devem ser realizados no sistema de Gestão Administrativa Integrada (GRP) implantado pela empresa Polis Informática LTDA.

2. Levantamento das Soluções Disponíveis (Art.14º, inciso I, da Resolução do CNJ N°182 de 2013)

Nome da Solução 1: Renovação da contratação (Contrato 01-2020) de empresa para prestação de serviços de Atualização técnica, suporte técnico, possíveis customizações e novas funcionalidades do sistema de Gestão Administrativa Integrada – POLIS.

Valor Estimado: R\$ 667.985,56 (sendo R\$ 540.295,56 referentes aos serviços de suporte e atualização técnica e até R\$ 127.690,00 referentes as possíveis customizações e adição de novas funcionalidades.

- Descrição: Cobertura - Prazo de 12 (doze) meses;
- Possui os seguintes módulos:
 - Contabilidade Pública;
 - Governo Eletrônico e Portal da Transparência;
 - Recursos Humanos;
 - Almoxarifado e Patrimônio;
 - Compras, Licitações e Contratos
 - Controle de Processos Administrativos
 - Business Intelligence;
- O não cumprimento dos prazos acarretará na aplicação de sanções administrativas;
- Chamados podem ser abertos Via Web: Uso de features do Help Desk em ambiente WEB;
- Chamados podem ser abertos via correio eletrônico e telefone;
- Possíveis customizações nos módulos e adição de novas funcionalidades do sistema de acordo com a necessidade do contratante;
- Essas customizações serão mensuradas através de pontos de funções quando se tratarem de funcionalidades, e horas necessárias nos demais serviços (treinamentos, assessorias) nas seguintes proporções: 5 horas equivalem a 1 ponto de função, que por sua vez terá o valor de R\$ 603,55;
- A solução fornece até 1.000 (mil) horas de possíveis customizações que poderão ser utilizadas pela

Processo	Código	Folha nº
Gestão de TI		2/10

contratante, já que o valor referente à possíveis customizações é de até R\$ 120.710,00 reais;

- Migração da versão ERP para o GRP do módulo de contabilidade a depender da vontade do TJAL (Serviço não foi realizado durante este segundo ano de contrato devido a pandemia da COVID-19 e devido ao TJAL não utilizar o módulo de contabilidade, porém não foi pago nada a empresa).

Fornecedor: POLIS INFORMÁTICA LTDA

Nome da Solução 2: Plataforma para construção de um “Government Resource Planning”, ou seja, uma solução de ERP para governo (Software de Gestão Pública). A solução é flexível e extensível, permitindo a adição de módulos na plataforma, através de construção colaborativa e incremental.

Valor Estimado: Software livre - Grátis

- Este sistema contempla os seguintes módulos:
- Módulo de Administração de Materiais (Patrimônio, Almoxarifado e Inventário);
- Módulo Administração de Aquisições e Contratos, SIGAD (Gestão de Documentos e Tramitação, bem como indexação), Workflow (Fluxos de Trabalho montados dinamicamente através de interface visual fácil),
- Gestão de Serviços, Builder (Construção de formulários, funcionalidades e regras de negócio), ESI - Enterprise Service Integration (Módulo de Bus Service que permite integração com sistemas legados, base de dados, filas, arquivos, CSV, planilhas, entre outras várias fontes de dados);

Fornecedor: CITSMART-GRP

Nome da Solução 3: Sistema Eletrônico de Informações (SE). Plataforma que engloba um conjunto de módulos e funcionalidades que promovem a eficiência administrativa. Trata-se também de um sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos, com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho, tendo como principais características a libertação do paradigma do papel como suporte físico para documentos institucionais e o compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real.

Valor Estimado: Software livre - Grátis

- Este sistema possui as seguintes características:
- Sistema de Portabilidade - 100% Web e pode ser acessado por meio dos principais navegadores do mercado);
- Controle de nível de acesso - gerencia a criação e o trâmite de processos e documentos restritos e sigilosos, conferindo o acesso somente às unidades envolvidas ou a usuários específicos;
- Tramitação em múltiplas unidades - incorpora novo conceito de processo eletrônico, que rompe com a tradicional tramitação linear, inerente à limitação física do papel. Deste modo, várias unidades podem ser demandadas simultaneamente a tomar providências e manifestar-se no mesmo expediente administrativo, sempre que os atos sejam autônomos entre si;

Processo	Código	Folha nº
Gestão de TI		3/10

- Funcionalidades específicas - controle de prazos, ouvidoria, estatísticas da unidade, tempo do processo, base de conhecimento, pesquisa em todo teor, acompanhamento especial, inspeção administrativa, modelos de documentos, textos padrão, sobrestamento de processos, assinatura em bloco, organização de processos em bloco, acesso externo, entre outros);
- Sistema intuitivo - estruturado com boa navegabilidade e usabilidade;

Fornecedor: TRF4

3. Aderência das Soluções Disponíveis às Políticas do Governo Federal (Art.14º, inciso II, da Resolução do CNJ N° 182 de 2013)			
Requisito:	Sim	Não	Não Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	TODOS		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro?	CITSMART -GRP/ SEI	POLIS	
A Solução é um Software livre ou Software público?	CITSMART -GRP/ SEI	POLIS	
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões e- PING, e- MAG?			TODOS
A Solução é aderente às regulamentações da ICP- Brasil?	TODOS		
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais definidas no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus)?			TODOS

4. Justificativa da Solução Escolhida (Art.14º, inciso IV, da Resolução do CNJ N° 182 de 2013)

4.1 Solução

Descrição: Renovação da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de atualização técnica, suporte técnico, possíveis customizações e novas funcionalidades do sistema de gestão administrativa integrada. Estes serviços devem ser realizados no sistema de Gestão Administrativa Integrada (GRP) implantado pela empresa Polis Informática LTDA.

- Cobertura - Prazo de 12 (doze) meses;
- Possui os seguintes módulos:
 - Contabilidade Pública;
 - Governo Eletrônico e Portal da Transparência;

Processo	Código	Folha nº
Gestão de TI		4/10

- Recursos Humanos;
- Almoxarifado e Patrimônio;
- Compras, Licitações e Contratos
- Controle de Processos Administrativos
- Business Intelligence;
- O não cumprimento dos prazos acarretará na aplicação de sanções administrativas;
- Chamados podem ser abertos Via Web: Uso de features do Help Desk em ambiente WEB;
- Chamados podem ser abertos via correio eletrônico e telefone;
- Possíveis customizações nos módulos e adição de novas funcionalidades do sistema de acordo com a necessidade do contratante;
- Essas customizações serão mensuradas através de pontos de funções quando se tratarem de funcionalidades, e horas necessárias nos demais serviços (treinamentos, assessorias) nas seguintes proporções: 5 horas equivalem a 1 ponto de função, que por sua vez terá o valor de R\$ 603,55;
- A solução fornece até 1.000 (mil) horas de possíveis customizações que poderão ser utilizadas pela contratante, já que o valor referente à possíveis customizações é de até 120.710,00 reais;
- Migração da versão ERP para o GRP do módulo de contabilidade a depender da vontade do TJAL (Serviço não foi realizado durante este segundo ano de contrato devido a pandemia da COVID-19 e devido ao TJAL não utilizar o módulo de contabilidade, porém não foi pago nada a empresa).

Valor Estimado: R\$ 667.985,56 (sendo R\$ 540.295,56 referentes aos serviços de suporte e atualização técnica e até R\$ 127.690,00 referentes as possíveis customizações e adição de novas funcionalidades.

4.2 Justificativa:

Alinhamento em relação às necessidades de negócio e requisitos tecnológicos;	<ul style="list-style-type: none"> • Continuidade na prestação de serviço de suporte e atualização dos softwares já utilizados pelo Tribunal, evitando transtornos com interrupção dos mesmos; • Diferentemente de outras soluções, essa solução contempla módulos integrados de Sistema de Recursos Humanos, Sistema de Contabilidade Pública, Sistema de Business Intelligence, Sistema de Gestão de Almoxarifado, Compras e Licitações, Sistema de Controle de Processos, Governo Eletrônico e Portal da Transparência. • Atualmente o sistema de Contabilidade Pública não está sendo utilizado, mas existem negociações em curso com o Governo Estadual para uma possível interoperabilidade entre os sistemas, caso esta interoperabilidade seja concretizada, o sistema poderá voltar a ser utilizado e sua base de dados abastecida. Caso esta interoperabilidade não saia e o TJAL decida efetivamente que o sistema não será mais utilizado, será possível realizar a supressão contratual do sistema com base na lei 8666 de até 25% do valor do contrato. O pedido de renovação dos serviços de suporte técnico foi feito com base na solicitação do setor financeiro. • A mudança de sistema para o SEI impactaria na coexistência de 2 sistemas
--	---

	<p>distintos até que todos os processos de um sistema fossem encerrados. O SEI é um sistema exclusivo para trâmite de processos administrativos, não possuindo módulos de almoxarifado e patrimônio, recursos humanos, contabilidade pública. Seria necessária toda a uma nova carga de treinamento para que os servidores ficassem aptos a utilizarem o novo sistema. Seriam necessárias parametrizações para criação de assuntos, tipos e grupos dos mais variados processos administrativos. Provavelmente, alguns ajustes finos seriam realizados com o sistema já em produção. A manutenção corretiva / evolutiva do sistema geraria alta dependência do TRF4, impactando na celeridade da correção de possíveis erros ou na criação de novas funcionalidades. Como o sistema não dispõe de fluxos pré-definidos, processos como a solicitação de diárias, em que ele é automaticamente encaminhado a determinado setor, teria de ser movimentado de acordo com a escolha do usuário. Isso poderia ocasionar o encaminhamento de processos para unidades não competentes, diminuindo drasticamente a celeridade do trâmite processual. Como a maioria dos processos do TJAL são do departamento de recursos humanos, e o sistema SEI não possibilita um fluxo de que pelo menos a primeira unidade em que o processo irá seja obrigatória, ocasionaria o encaminhamento de processos para unidades não competentes, diminuindo drasticamente a celeridade do trâmite processual. Seria necessário cadastrar os usuários e, em seguida, realizar a liberação das permissões. Os recursos investidos na implantação do sistema atual seriam desperdiçados; O valor do atual sistema corresponde a aproximadamente 13% do valor total pago a título de suporte técnico e atualizações, equivalente a aproximadamente R\$ 5.402,85 mensais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ainda a respeito da migração para o SEI, em estudo realizado em 2019 foi sugerido que representantes dos setores administrativos do tribunal, principalmente o setor Recursos Humanos fizessem visitas ao Governo do Estado para conhecimento do sistema, isso auxiliaria na decisão se o sistema do SEI atendia aos requisitos do TJAL. O estudo foi encaminhado ao CGESTIC para análise.
<p>Identificação dos benefícios a serem alcançados com a solução escolhida em termos de eficácia, eficiência, economicidade e padronização.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção dos serviços do Poder Judiciário de Alagoas com prestação dos serviços pela própria fabricante do sistema como garantia de ter um serviço especializado e celeridade em sua execução. • O investimento será complementar ao já realizado. Caso fosse realizada a opção por outro GRP, os investimentos já realizados na área de compras, materiais e patrimônio, gestão de pessoas e BI seriam perdidos. • O fornecedor atual do GRP tem conhecimento e domínio sobre a realidade do Tribunal de Justiça do Alagoas, portanto, a prestação de serviço de suporte técnico e atualizações para o sistema seriam prestadas com a expertise da equipe que desenvolveu e implantou a solução.

Processo	Código	Folha nº
Gestão de TI		6/10

Relação entre a demanda prevista e a quantidade dos bens e/ou serviços a serem contratados.	<ul style="list-style-type: none"> O serviço de suporte será usufruído por todos os colaboradores do Poder Judiciário de Alagoas que atuem na área administrativa e na área fim. O serviço de atualização do sistema atuará todo o sistema de Gestão Administrativa Integrada (GRP). As possíveis customizações serão benéficas para uma melhor utilização do sistema gerando eficiência e celeridade nos processos internos do TJAL.
A avaliação das necessidades de adequação do ambiente do órgão para viabilizar a execução contratual.	<ul style="list-style-type: none"> Não há necessidade de adequação ambiental, vide que o sistema já se encontra em uso pelo tribunal.
II- SUSTENTAÇÃO DE CONTRATO	

Os documentos relacionados ao II, III e IV deste Estudo Preliminar não são obrigatórios para as contratações ou prorrogações, cuja estimativa de preços seja inferior ao disposto no art. 23, inciso II, alínea "a", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

II - para compras e serviços:

- a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);
- b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais);
- c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Recursos Materiais e Humanos (Art. 15º, inciso I, da Resolução do CNJ N° 182 de 2013)		
ID	Recurso	Ações para obtenção de Recurso Responsável
1	Equipe técnica da Polis Informática	A obtenção se dá através da abertura de um chamado através do Help Desk (via web, correio eletrônico ou telefone) da Polis. Após a abertura, será dado um prazo para resolução do incidente, garantindo, dessa forma, a continuidade do serviço;

Processo	Código	Folha nº
Gestão de TI		7/10

2	Equipe Técnica do TJAL	A equipe técnica que presta atendimento sobre o atual sistema já possui tal conhecimento devido a continuidade da atual solução;
---	------------------------	--

Continuidade do Fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação em Eventual Interrupção Contratual (Art 15º, inciso II, da Resolução do CNJ N° 182 de 2013) #

Como prevenção contra possíveis danos em caso de interrupção contratual, a CONTRATADA deverá:

- Disponibilizar em repositório previamente definido, todos os documentos produzidos e gerados no contexto da sua execução, incluindo registro de chamados e soluções adotadas.
- Discutir previamente com a equipe técnica do TJAL, qualquer nova solução arquitetural que venha a ser adotada nos serviços desenvolvidos.
- Fornecer explicações complementares acerca dos serviços prestados, com a participação dos profissionais da CONTRATADA envolvidos, sempre que solicitado pelo Tribunal.
- Habilitar equipe de técnicos do CONTRATANTE no uso dos equipamentos instalados segundo o escopo do contrato, repassando todo o conhecimento necessário para tal.
- Habilitar equipe de técnicos do CONTRATANTE nas atividades de instalação e configuração dos equipamentos instalados, tendo em vista a preservação do conhecimento do negócio relativo ao serviço prestado.
- Em caso de encerramento abrupto do contrato:
 - Negociar com a CONTRATADA para que os serviços continuem a ser prestados pelo prazo de 3 (três) meses a fim de permitir a recomposição dos serviços por nova contratação.
 - Os servidores do CONTRATANTE que participaram da transferência de conhecimento deverão dar continuidade aos serviços essenciais do TJAL.
 - Deverá ser iniciado, imediatamente, o planejamento de nova contratação de suporte feito por terceiros.
- Em caso de o sistema não funcionar corretamente:
 - Comunicar à contratada para manutenção e correção do sistema.
 - Aplicação das multas e sanções administrativas previstas em contrato.

As Atividades de Transição Contratual e de Encerramento do Contrato (Art.15º, inciso III, da Resolução do CNJ N° 182 de 2013)	SIM	NÃO	NÃO APLICA
3.1 Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação:	X		
3.2 Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação:	X		
3.3 Devolução de recursos materiais:			X

Estudos Preliminares de TIC

Processo	Código	Folha nº
Gestão de TI		8/10

3.4 Revogação de perfis de acesso:	X		
3.5 Eliminação de Caixas Postais:			X

III-ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO

Natureza do Objeto (Art.16º, inciso I, Resolução do CNJ N° 182 de 2013)	
1.BENS - NÃO	2. SERVIÇO - SIM
1.1 OBJETO DE NATUREZA DE CONSUMO - NÃO	
1.2 OBJETO DE NATUREZA PERMANENTE - NÃO	
(Trata-se de serviço enquadrado como serviço comum nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, em virtude do fato de ser possível especificar o serviço e medir o desempenho da qualidade, usando parâmetros usuais de mercado.)	

A Classificação Orçamentária (Art.16º, inciso V, Resolução do CNJ N° 182 de 2013)
339040-Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação-PJ - SIM 339030-Material de Consumo - NÃO 449052-Equipamentos e Material Permanente - NÃO
1.3.1 Órgão Pagador
Fundo de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário (FUNJURIS)

1.4 Vigência (Art.16º, inciso VI, Resolução do CNJ N° 182 de 2013)
O período para execução do serviço será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada conforme artigo 57, II Lei 8.666/93. Já houve 3 renovações, aproximadamente 48 meses, então ainda é permitida ainda a renovação por mais 12 (doze) meses.

IV-ANÁLISE DE RISCOS

Risco	Probabilidade	Ação Preventiva	Ação de Contingência	Responsável
-------	---------------	-----------------	----------------------	-------------



I-A identificação dos principais riscos que possam vir a comprometer o sucesso da contratação ou que emergirão caso a contratação não seja realizada (Art.17º, inciso I, Resolução do CNJ N° 182 de 2013)	II-A mensuração das probabilidades de ocorrência e dos danos potenciais relacionados a cada risco identificado (Art.17º, inciso II, Resolução do CNJ N° 182 de 2013)	III-A definição das ações previstas para reduzir ou eliminar as chances de ocorrência dos eventos relacionados a cada risco (Art.17º, inciso III, Resolução do CNJ N° 182 de 2013)	IV-A definição das ações de contingência a serem tomadas caso os eventos correspondentes aos riscos concretizem (Art.17º, inciso IV, Resolução do CNJ N° 182 de 2013)	V-A definição dos responsáveis pelas ações de prevenção dos riscos e dos procedimentos de contingência (Art.17º, inciso V, Resolução do CNJ N° 182 de 2013)
Atualizações no sistema que tragam erros	Baixa	Realizar testes no software antes dele ser inserido no ambiente de produção. Exigir competência técnica para prestação dos serviços especializados.	Solicitar os ajustes necessários para a prestação dos serviços de acordo com as especificações definidas no edital dentro do prazo estabelecido. Caso não seja cumprido no prazo, aplicar as sanções previstas no edital.	DIATI/ Gestor/ Fiscal
Atraso no atendimento de chamados	Baixa	Estabelecer no edital prazo máximo para atendimento dos chamados.	Aplicar as sanções previstas no contrato.	DIATI/ Gestor/ Fiscal
Módulos não serem utilizados devido a situações de carácter externo ao Poder Judiciário	Médio	Estudo sobre a viabilidade de determinados módulos.	Realizar supressão contratual dos módulos não utilizados.	DIATI/ Gestor/ Fiscal



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

Estudos Preliminares de TIC

Processo

Gestão de TI

Código

Folha nº

10/10

Não adquirir os
serviços de
garantia e
suporte

Baixa

O processo de
contratação deve
tramitar com
celeridade.

Solicitar aos
setores que o
processo tramita
celeridade em sua
análise.

TJAL

V-CONCLUSÃO

INTEGRANTE TÉCNICO

INTEGRANTE DEMANDANTE

INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

Arthur Silva Paes Barreto dos
Anjos

Magno Vitório de Farias Fragoso

Guilherme Machado Rebelo

Maceió, 21 de agosto de 2023.